

PARÂMETRO DE CORREÇÃO

DIREITO CIVIL II

VAGAS OCIOSAS 2024.1

- a) O candidato deve apontar um dos aspectos seguintes em sua resposta: A obrigação natural (ou imperfeita) é aquela que não possui qualquer garantia, sanção ou ação que a possa fazer exigível. Em caso de inadimplemento, o credor não terá como exigir o pagamento, assim como o devedor não estará obrigado a pagá-la (mas se a pagar, não poderá pedir restituição). Ou seja, São aquelas em que a prestação não é juridicamente exigível, isto é, há o vínculo jurídico entre as partes (shuld), mas ele não é dotado de coercibilidade (haftung). Exemplos: dívida prescrita, dívida de jogo e aposta.
- b) O candidato deve apontar um dos aspectos seguintes em sua resposta: Pagamento é o cumprimento de toda e qualquer obrigação (dar, fazer e não fazer) e não somente a obrigação de pagar quantia certa.
- c) O candidato deve apontar um dos aspectos seguintes em sua definição: O credor putativo não é o credor real, é um credor imaginário, é o credor que o devedor, de boa-fé, acredita, veementemente, ser o credor real, é o credor que aparenta ser o credor real; em outras palavras, é aquela pessoa que o credor paga, de boa-fé, acreditando ser o credor real, sem sê-lo.
- d) O candidato deve responder a pergunta esclarecendo que, apesar do credor putativo não ser o credor real, por o devedor ter efetuado o pagamento de boa-fé, o pagamento é considerado válido, ainda que provado, posteriormente, não se tratar do credor verdadeiro. Além disso, em virtude da exigência de fundamentação no direito objetivo, o candidato deve apontar o artigo 309, do CC.

QUESTÃO 2 - GABARITO:

- a) A resposta que a obrigação não poderia ser adimplida pelo devedor com moeda estrangeira, pois são nulas as convenções de pagamento em ouro ou moeda estrangeira. Deve o candidato, ainda, esclarecer que tal fato ocorre por ter a moeda Real curso legal e forçado no Sistema Monetário Nacional, ou seja, somente a moeda nacional pode ser utilizada para pagamento de quantia certa no Brasil.
- b) O aluno deverá responder que Joaquim não é obrigado a receber prestação diversa da pactuada, ainda que mais valiosa, pois somente estaria obrigado a

receber a coisa pactuada como devida na obrigação (Princípio da identidade da coisa devida)

c) O Brasil ratificou a Convenção de Nova Iorque sobre os direitos das pessoas com deficiência, que ingressou no sistema jurídico brasileiro com status de emenda à constituição. Com base na Convenção, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que uma vez em vigor, modificou o regime das incapacidades, tornando a pessoa com deficiência mental como regra, plenamente capaz para assumir obrigações na ordem civil.